

As novas guerras e os Estados: o "estado de violência" da Venezuela à luz da urbanização do conflito

Kaique Bini Sbampato¹

Resumo

O objetivo deste estudo é averiguar a nova tipologia de guerra, definida como novas guerras, diante de uma atual urbanização dos conflitos, vis-à-vis o estado de violência trazido em uma linha atemporal. Assim, o foco a ser analisado, utilizando metodologias teóricas factíveis com a temática, de âmbito internacionalista, a partir de amostras secundárias, é a aplicabilidade do conceito diante da crise na Venezuela e as possíveis causas do acontecido à luz da abordagem dos novos desafios securitários. A presente análise está voltada para o entendimento das condições que influenciam de maneira mais destacada a Venezuela *pari passu* a dicotomia entre segurança e violência, e os resultados apontam para um país cada vez mais imerso em uma nova configuração de se fazer e enxergar a guerra.

Palavras Chave: Novas Guerras; Estado de Violência; Venezuela

1 – Introdução

Diante de uma perspectiva atemporal do conflito, este se dá em diversas nuances da existência humana; de todo modo, fato é que ele existe pelo indivíduo por trás do conflito. O "conflito dos opostos" move o universo, todos os seus ciclos vitais, e todas as suas relações sociais, disse o filósofo grego Heráclito de Éfeso (540 a.C. a 470 a.C., aproximadamente), chamado de "o obscuro". Heráclito, assim, prossegue, ao afirmar que da luta dos contrários é que nasce a harmonia. Trata-se, pois, de uma dependência mútua, pois tanto a harmonia quanto o conflito nascem do indivíduo – e suas melhores condições.

A guerra, pois, é fascinante. Entre a romantização e a condenação, a guerra é tida como uma característica crônica da humanidade, algo que sempre vai, mas

¹ Graduado em Defesa e Gestão Estratégica Internacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro (DGEI-UFRJ). Mestrando em Gestão e Inovação, pelo Programa de Engenharia de Produção (PEP) no Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE-UFRJ).

constantemente volta. O contrassenso mais notório se apresenta nas consequências tão ditas como desumanas, mas, ao mesmo, a mais forte expressão humana. Percebe-se, pois, o paradoxo atemporal que traz os conflitos como uma realidade complexa, tal como ditava Sun Tzu, ao metaforizar que assim como a água tem várias formas, a guerra não possui condições constantes².

Na realidade, enquanto processo social dinâmico, a guerra tem um poder não apenas destrutivo, mas, também, criativo. No caso da era moderna europeia, por exemplo, a própria existência dos estados-nação foi um produto da guerra (TILLY, 1996). Isto posto, infere-se que a guerra é, por definição, uma indefinição, vis-à-vis sua manutenção paradigmática enquanto conceito socialmente contestado, como afirmou Gallie (1956), em sua passagem sobre a guerra e sua variabilidade contextual.

Neste espectro, à luz da problemática do conflito consoante o tempo e o espaço, hoje, a guerra se modela diante de distintas formas sociais; por sua vez, ainda que possuidora de características diferentes, as novas guerras também possuem suas particularidades ora construtiva e ora destrutiva. Mais do que conflito entre Estados, em meio à aceleração de fenômenos da globalização, a multiplicação de conflitos de caráter diverso se estabelecem assumindo o novo padrão: as novas guerras em escala urbana, notadamente, assumindo-se como um estado de violência.

2 – Das velhas às novas guerras

Para Norberto Bobbio, "a guerra é um dos problemas centrais de nosso tempo: há quem diga que é o problema central" (BOBBIO, 2003, p.117). No entanto, qual é tempo a que se refere o autor? Na prática, a guerra se mostra um problema velho e antigo; desde as velhas guerras às novas guerras. O paradigma, às vezes, não se mostra anacrônico, ao passo que as novas guerras se mostram um aperfeiçoamento das guerras tradicionais. Se, antes, a guerra era tida como a continuação da política por outros meios³, hoje, tal qual vemos, esta realidade não se mostra distante.

² TZU, S. A Arte da Guerra. São Paulo: Record, 2006.

³ "A guerra é uma simples continuação da política por outros meios" (CLAUSEWITZ, 1996, p.27).

A velha guerra, tida como uma guerra clausewitziana, é um duelo, uma luta ampliada na condição de povo, exército e Estado, por assim dizer, uma nação. Nas palavras de Clausewitz, a definição de guerra como "um ato de força para obrigar nosso inimigo a fazer a nossa vontade" (CLAUSEWITZ, 1984, p.75) deve ser seguida pela conclusão lógica de que na guerra tudo deriva, direta ou indiretamente, do combate.

Apoiava-se em algumas leis básicas: que a violência era a essência da guerra; que a violência não admite modificação lógica; que o conceito absoluto de guerra é sempre modificado pelas forças do mundo real. Estes princípios eram suplementados pelas análises dos propósitos de guerra e os meios pelos quais estes propósitos podiam ser obtidos – ‘a guerra é um instrumento político’ é uma conclusão; ‘cada sociedade determina suas próprias formas de violência’ é outra – e pela discussão dos fatores morais e psicológicos envolvidos no ato de guerrear (PARET, 1968, p. 406-407).

Porém, a guerra não é apenas uma ação, é também um discurso, social e historicamente construído. Dessa forma, torna-se claro a objetivação clássica da guerra, a saber, vide Clausewitz (1984), um ato de violência que visa forçar o adversário a submeter sua vontade ao outro. Ainda segundo o autor, é entendido que a guerra pode – e deve – ser modelada para o que a ela for sujeito e objeto, um verdadeiro camaleão. Ao se transformar e sobrepor contextos pontuais, a guerra clássica se baseia na violência, na probabilidade e na natureza subordinada à política (CLAUSEWITZ, 1984).

Não obstante, a partir da análise camaleônica da guerra, essa se molda ante seu contexto. No bojo da transnacionalização, reconhece-se as novas guerras como a atual força social. As chamadas novas guerras, que ocorrem com maior incidência em Estados colapsados, vêm contrastar com um tipo de conflitualidade vestefaliana, sobretudo à construção do Estado moderno, territorial, centralizado e hierarquicamente ordenado (MOURA, 2005). Mary Kaldor (1999) foi pioneira na definição e análise deste novo tipo de conflitos, defendendo que estas novas guerras correspondem a um novo tipo de violência organizada que é diferente porque faz com que não se vejam as diferenças entre guerra, crime organizado e violência massiva dos direitos humanos.

Kaldor (1999) destaca a necessidade de existir um contexto próprio para as novas guerras, tais quais, por exemplo, uma vasta rede global de relações e características específicas; mais do que isso, é a interação entre os fatores que materializa este tipo de

conflitualidade como uma nova guerra. Ao utilizar o termo 'guerra', Kaldor tem o intuito de realçar o pendor político do uso da violência nos conflitos atuais; e com o termo 'novo' refere-se ao contraste com o conceito de guerra tal como foi identificado por Clausewitz (KALDOR, 1999 apud MOURA, 2005).

A problemática se faz evidente visto a miríade de ligações transnacionais, nas quais a distinção entre interno e externo, entre agressão e repressão, ou mesmo entre local e global, são difíceis de identificar (KALDOR, 1999). Na opinião de Mark Duffield (2001) citado por Moura (2005), mais do que expressões de ruptura ou de caos, as novas guerras podem ser entendidas como uma forma de guerra em rede não territorial que atua através e à volta dos Estados. Esta tipologia, então, se dá quando os Estados não podem fazer a guerra individualmente.

3 – Estado de violência e urbanização do conflito

A temática da violência exige, necessariamente, o conhecimento dos tipos de avaliações moral dos indivíduos envolvidos nesse fenômeno. Para tanto, é fundamental compreender tais avaliações, porque, como elucida Riches (1988), o conceito de violência é, de certa forma, relativo. Afinal, o que é a violência? Para fins didáticos, trata-se de uma ação ou efeito de empregar força física ou intimidação moral contra algo ou alguém. É, pois, o exercício de uma dada forma de poder, em suas distintas possibilidades.

Estaríamos diante do aumento da violência ou do crescimento do interesse pela violência? Fato é que o que ontem era aceito e sancionado pela sociedade, hoje não mais se sustenta. Segundo Marilena Chauí (1985), violência é a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior; ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência. Existe, portanto, uma disputa social, uma luta simbólica, para impor uma definição, um sentido ou significado legítimo de violência, principalmente em Estados com sua estrutura debilitada.

Nesse percurso, Gros não reluta em afirmar que "a guerra como 'conflito armado, público e justo' desaparece lentamente" (GROS, 2009, p. 254), mas não para ser substituída pela paz perpétua kantiana, tampouco para ser sucedida pela barbárie.

Para Gros, algo novo emerge, com uma lógica própria, difícil de ser apreendido porque fluído, veloz, rompe a racionalidade da guerra pelo e para o Estado e se realiza através e para além das fronteiras nacionais; algo que "não a guerra, [e] que poderia ser provisoriamente chamado de 'estados de violência', porque eles se oporiam ao que os clássicos tinham definido como 'estado de guerra' e também como 'estado de natureza'" (GROS, 2009 apud RODRIGUES, 2010, p. 198).

Nem a guerra, nem a paz — como definidas pela tradição contratualista e pelos estrategistas —, mas um estado contínuo de violências difusas a romper com os princípios fundamentais da guerra interestatal (RODRIGUES, 2010). Ao contrário dela, esses estados de violência seriam globais (se realizariam em qualquer parte do planeta), desregulamentados (desconheceriam os protocolos e formalidades diplomáticas), inconclusos (se prolongariam sem data definida para começar ou terminar) e privatizados (seriam conduzidos por grupos não-estatais ou facções armadas, redes terroristas, grupos paramilitares, máfias a abalar o monopólio da violência estatal) (GROS, 2009 apud RODRIGUES, 2010).

"Hoje", afirma Gros, "não há mais guerra nem paz (...) a paz é um estado de guerra calmo, estabilizado. O conflito é a concreção pontual das ameaças, a efetividade brutal de uma latência contínua" (GROS, 2009, p. 243). Nos estados de violência coexistem o high tech e as armas rudimentares; os nacionalismos, racismos, radicalismos religiosos e as máfias e empresas ilícitas; as novas coalizões militares multinacionais e os homens-bomba e aviões-mísseis; os ataques pela internet e as batalhas em favelas, ruas, selvas e desertos (GROS, 2009 apud RODRIGUES, 2010). Dá-se, pois, a urbanização do conflito; internamente, inexiste a distinção entre cidadão e inimigo.

Dá-se, pois, um avanço no entendimento da relação entre as novas guerras e as cidades, a partir da relação conceitual do novo tipo de guerra, e dos desafios que o caráter urbano das chamadas novas modalidades de violência organizada impõem às sociedades atuais.

O debate, ainda incipiente, a respeito do caráter urbano – ou anti-urbano – das novas guerras avança na compreensão das novas modalidades de violência organizada e inaugura, portanto, uma nova pauta na agenda de pesquisa dos conflitos internacionais contemporâneos, bem como da disciplina de Relações Internacionais (MIKLOS, 2011, p. 7).

É bem verdade que as cidades e a violência organizada sempre guardaram relação de co-constituição, definindo-se mutuamente ao longo da história (MIKLOS, 2011). No entanto, as novas modalidades de violência organizada que constituem as novas guerras conferem novos contornos a essa relação: "as novas guerras atingiriam sistemática e deliberadamente os espaços e comunidades urbanos, bem como a própria urbanidade" (MIKLOS, 2011, p. 14). O caráter urbano é elemento constituinte das chamadas novas modalidades de violência organizada. Trata-se do reconhecimento de que os padrões pós-modernos de conflito - assimétricos, descentralizados, informais e transnacionais – urbanizam a guerra, inaugurando "um espaço global de guerra urbano" (SASSEN, 2009, p. 1, tradução nossa, apud MIKLOS, 2011), ou o que Graham (2009, p. 278, tradução nossa, apud MIKLOS, 2011) define como "batalha no espaço urbano".

Ainda sobre a urbanização dos conflitos, Miklos (2011, p. 14) entende que "as cidades, além de constituírem palco privilegiado das novas modalidades de violência organizada, são também tecnologia de guerra à serviço de tais práticas". Por conseguinte, os novos conflitos urbanos, advindos das práticas de guerrilha e contra-insurgência, enxergar na cidade mais que o palco ideal, mas também o alvo, analogamente à Kaldor (1999). Percebe-se, portanto, que as funções das cidades hoje transcendem sua conotação política e social, sendo, simultaneamente, espaço de conflito e, mais ainda, tecnologia de conflito.

4 – A violência organizada e o caso da Venezuela

Hoje, é vista uma violência tida como marginalizada, fazendo com que a relação entre teoria e prática se desfça, costumeiramente. Nesse sentido, a violência como estratégia para atingir fins políticos deixou de ser o foco da Segurança, que se tornou a área onde as condições que impediam a sobrevivência passaram a ser debatidas, dificultando a sua relação com a formulação de estratégias políticas. O tratamento dispensado à violência organizada pela Segurança adequava seu objeto de trabalho às demandas políticas, oferecendo respostas operacionalizáveis em estratégias políticas adequadas aos interesses buscados.

A violência organizada é apresentada como uma nova modalidade inerente às práticas e junção das novas guerras e as cidades (MIKLOS, 2011). Estas novas modalidades de violência organizada distintas das empregadas nas guerras entre Estados modernos – as

novas guerras – e o simultâneo declínio do número de guerras nos moldes clássicos estabelecem um novo padrão de conflitos. Dessa forma, para Miklos (2011), o caráter urbano é elemento constitutivo do que convencionou-se chamar de novas modalidades de violência organizada. As novas guerras seriam, enfim, desenvolvidas por redes complexas compostas por atores públicos e privados direta e indiretamente ligados à violência organizada perpetrada (DUFFIELD, 2004).

Diferentemente, as novas modalidades de violência organizada, ainda que sigam tendo maior incidência na periferia do sistema internacional, transcenderam sua condição marginal e consolidaram-se como o novo padrão de conflitos transnacionais, ocupando atualmente status privilegiado nas agendas de tomadores de decisão e analistas. O debate "a respeito do caráter urbano – ou anti-urbano - das novas guerras avança na compreensão das novas modalidades de violência organizada e inaugura, portanto, uma nova pauta na agenda de pesquisa dos conflitos internacionais contemporâneos" (MIKLOS, 2011, p.7).

Münkler (2005) entende que as novas guerras apresentariam duas características determinantes: a privatização das forças militares e a assimetria. Tais características determinantes, de acordo com o autor, resultariam numa terceira dimensão relevante das novas guerras: a intensificação do caráter autônomo da guerra. Ou seja, a privatização de forças militares e a crescente lucratividade do esforço de guerra culminariam na perda do controle do curso do conflito, outrora exercido por exércitos regulares submetidos à racionalidade do Estado. Este processo, tal qual pontua Münkler (2005), confeririam às novas guerras racionalidade própria.

4.1. Violência na Venezuela: uma análise de sangue

Aspectos que se findam na edificação histórica das cidades latino-americanas legitimam a bestialidade como um elo intrínseco a elas. Vários, pois, são os exemplos: questões indefinidas sobre terras, atos de guerra, crises e modelos de Estado; todos, semelhantes ou não, mostram-se como modelos históricos da relação cultural junto da estrutura das cidades. Isto é, à luz de uma narrativa não regional, trazida do modelo europeu,

o questionamento sobre o poder sempre fez parte da estrutura e da narrativa dos Estados. Antes, porém, de analisar o poder e seus conflitos intrínsecos, faz-se necessário analisar o sujeito e o Estado nesta elucidação.

[...] porém, para as relações de poder, não temos instrumentos de trabalho. O único recurso que temos são os modos de pensar o poder com base nos modelos legais, isto é: o que legitima o poder? Ou então, modos de pensar o poder de acordo com um modelo institucional, isto é: o que é o Estado? (FOUCAULT, 1995, p.231)

O Estado, dessa forma, constitui-se como uma construção narrativa de um modelo, notadamente, selecionado de partícipes e, por este motivo, excludente. A Venezuela, por sua vez, é mais um caso de uma hipótese abordada de que o engajamento da guerra foi uma das principais causas para o surgimento dos aparatos estatais na forma que conhecemos hoje. Charles Tilly (1996), à luz de uma realidade europeia, afirma que a exposição do fenômeno da guerra foi a variável responsável na formação dos Estados modernos. No entanto, com as variáveis de guerra vistas atualmente, a binômio violência-Estado é prática de uma realidade casual – e causal.

A Venezuela, em sua primeira concepção externa, era vista como um país exportador de bens primários e governada por uma elite político-militar autoritária, vide a narrativa latino-americana a partir de uma cultura do caudilhismo⁴, sendo, posteriormente, alterado para a exploração do petróleo. Entre trocas na governabilidade, a violência política e a perseguição aos contrários se tornam recorrente – um tipo antigo de velha guerra, ainda atual. Diversos governos, principalmente, aqueles da junta militar, adotou uma postura agressiva frente à população, com ações agressivas e arbitrárias. Aos poucos, o campo perdeu espaço para a urbanização e, neste sentido, para o conflito; neste momento, vários novos espaços entram para o jogo político.

Esta configuração na Venezuela é um momento de extrema importância por dois motivos principais. "O primeiro deles se relaciona com a evidência da resiliência da violência na Venezuela, pois o uso da força vai se modificando e os agentes da violência

⁴ Caudilhismo é o exercício do poder político caracterizado pelo agrupamento de uma comunidade em torno do caudilho – lideranças políticas ligados a setores tradicionais da sociedade.

também vão se alterando ao longo do tempo" (MAIA, 2015, p. 52). Isto, por sua vez, leva-nos ao segundo ponto, a partir da realocação da violência, tendo o espaço urbano como o novo cenário do uso da força que persiste até hoje, com máquinas repressivas entre vários atores da sociedade.

De forma mais recente, a crise institucional da Venezuela, mormente impulsionada pela crise do petróleo – eixo norteador do país –, dialoga com a expansão do narcotráfico no país, na época em que a repressão às drogas na América Latina, expressivamente da Colômbia, abraça o país e o torna parte do processo, o que leva a um aumento dos conflitos entre partes internas locais. Essa tendência, tanto da presença de grupos quanto da violência, se intensifica nos anos seguintes (DREYFUSS, 2002, p. 186 – 187, apud MAIA, 2015, p. 68).

Em vista disso, uma aparente falta de lógica resumia a Venezuela: ainda que mantenedora de grandes reservas petrolíferas, de igual ou maior proporção eram – e são – os seus conflitos sociais graves e a escalada da violência mais aparente. Por sua vez, o governo Hugo Chávez (1999-2013) logrou enormes avanços no campo social, apurando os indicadores sociais e econômicos, enquanto que, no cenário internacional, adotou um discurso anti-imperialista (PENNAFORTE, 2014), privando antigos domínios, o que ajuda a explicar a radicalidade atual da crise venezuelana.

Isto posto, torna imperativo elucidar a conceituação e denominação da violência urbana, que diz respeito tanto aos fenômenos que acontecem na cidade quanto aqueles gerados pela cidade a partir de seus processos violentos, vinculados às formas de produção deste meio de concentração e suas consequências físicas, sociais e culturais. Diante de uma emergência deste tipo de concepção, a violência e os Estados, a Venezuela aqui em notoriedade, mostram-se duas faces da mesma moeda.

4.2. Caracas: a violência urbana e a urbanização da violência

Na América Latina, a questão das drogas e do narcotráfico se apresenta como uma questão complexa, que envolve todo um aparato institucional e uma logística capaz de operar este processo, envolvendo "Estados, agentes governamentais, grupos armados

regulares e não-regulares e outros atores que juntos formam uma rede de violência urbana" (MAIA, 2015, p. 80) e que possui repercussões nos Estados, aqui no caso a Venezuela, sobretudo, em Caracas, evidenciado na economia de sombra, vide cocaína, que aos poucos foi penetrando o espaço venezuelano.

Esta violência urbana e organizada, à luz das novas guerras, "evidencia o surgimento de nódulos de autoridade e legitimidade não-estatais que aos poucos vão se relacionando com redes de exclusão já existentes em território venezuelano" (MAIA, 2015, p. 80). Os anos 1990 em Caracas, e na Venezuela como um todo, são marcados por conflitos e crises. Esse cenário de vulnerabilidade, somado a uma maior repressão ao narcotráfico na região, torna o espaço venezuelano propício à penetração das redes de tráfico (MAIA, 2015).

Outro dado que nos chama ainda mais a atenção é o fato que entre todas as cidades, Caracas possui a maior taxa de homicídios de todo o país. O que percebemos, é o fato de que um recrudescimento da atuação do narcotráfico no espaço venezuelano acarretou um aumento no número de mortes violentas no país e nas cidades, principalmente Caracas. A economia de sombra do narcotráfico adentra espaços urbanos em busca de lucro. Na medida em que esse fluxo penetra nas cidades, ele se articula ao longo de contextos de violência e exclusão prévios e origina novas formas de conflito e experiências sociais (MAIA, 2015).

Quando grupos armados urbanos brigam por controle territorial ou por mercadorias, eles acabam produzindo novas concepções de autoridade, legitimidade e até de redistribuição de riqueza (DUFFIELD, 2001, p. 188). As gangues criam uma nova noção de poder, ao passo que até as noções de política são alteradas. Sendo assim, a atuação entre as gangues e o tráfico de drogas, na Venezuela, pode ser visto como um só movimento, mantendo a economia da violência, o financiamento da ação criminosa e formando estruturas de poder em áreas carentes, onde nem mesmo o Estado chega (MAIA, 2015). Uma nova guerra surge pela dissolução das fronteiras entre combatentes, território e governo.

Assim sendo, a violência em Caracas acaba ganhando contornos urbanos e sociais, organicamente instituídos na narrativa atemporal. Dão-se, então, variáveis que, no objetivo final, unem-se para findar uma nova perspectiva assimétrica. Tanto a economia quanto as relações políticas institucionalizam a violência organizada, controlando os recursos que fomentam o crime, bem como lidando com o surgimento de novas dinâmicas,

multiplicando a presença de armas no país. Assim sendo, os laços extralegais destas concepções vão se reduzindo.

Outro fator que fomentou o estado de violência na Venezuela, mormente em Caracas, diz respeito às iniciativas de repressão às drogas nos Estados da América Latina, por exemplo, Plano Colômbia⁵ e Iniciativa Mérida⁶. É neste momento que as novas guerras abraçam a Venezuela, sofrendo processos de rearticulações internas, tanto no sentido de combater a violência organizada, como em operar a logística do tráfico, surgindo novos grupos urbanos e tornando, como Kaldor (1999) afirma, as cidades o palco e o alvo da violência.

Em Caracas, então, o processo de urbanização do conflito tornou a figura estatal fraca, onde um ator não-estatal configurava as novas formas de poder. Isto, por sua vez, dá-se de forma temporal, *pari passu* a constante tentativa de legitimar uma força de poder – ao competir pela legitimidade do território. Ainda que exista esta contraposição, os grupos maiores dependem dos grupos menores, e vice-versa, pois ambos necessitam de ajudas mútuas para operacionalizar a violência organizada, seja na continuidade da renda, bem como para suprir necessidades econômicas.

Ademais, as existências de atores diversos aumentam a assimetria de poder e a economia de sombras, algumas reconhecidas em termos legais e outras à margem do Estado. Neste sentido, as novas guerras incorporam uma camuflagem urbana aos tipos de conflito, calcada sobre as gangues urbanas e as drogas, por não existir mais o cidadão comum e aquele que faz parte do esforço de guerra. Tal estrutura, por sua vez, é vista como "o encontro de outras centenas de fluxos, como o fluxo transnacional do tráfico e as redes de exclusão presentes em Caracas, dissolvendo assim as fronteiras formais do Estado moderno e de outras definições políticas, como combatentes, exército e governo" (MAIA, 2015, p. 9).

O Estado, agente que detém o monopólio legítimo da força, enxerga as novas guerras como forma de dissolver ainda mais a população, pois se nota uma separação entre

⁵ Plano criado pelo governo dos Estados Unidos em 2000, visando combater a produção e o tráfico de cocaína na Colômbia, porém tem o também propósito de desestruturar as guerrilhas de esquerda

⁶ Programa de cooperação entre os Estados Unidos e o México, voltado ao combate do narcotráfico e das organizações criminais transnacionais envolvidas nesse negócio e em outras atividades delitivas

corpos a se proteger e outros que a violência se torna tolerável. O que segue, então, é todo um recurso pronto para a urbanização de novas formas de violência, muitas vezes, com adeus às armas e uma paz do equilíbrio ao terror. A condição de possibilidade para o combate dos grupos armados é a percepção de que os mesmos são uma ameaça à vida humana e principalmente aos cidadãos de Caracas; por outro lado, o ciclo se torna vicioso quando os legitimados se tornam legitimadores de uma mesma realidade.

5 - Conclusão

À luz do arcabouço teórico aqui trazido, infere-se que este aspecto vivenciado em Caracas, sobretudo, dá-se como uma nova guerra, diante de uma urbanização do conflito e o ascendente estado de violência organizada. O governo, ao ignorar esta feição – ou sendo parte dela – desenvolve respostas insuficientes para os desafios impostos pelas características das novas guerras. Este terrorismo, interno e externo, se desdobra em suas dimensões urbanas enquanto estratégia que compõe a nova concepção de guerra. Todavia, a guerra hoje, é nova ou velha? Enxergam-se novos artifícios de se fazer a guerra, enquanto que o ato em si, recorrentemente, mostra-se tal qual na formação de seu Estado nacional. No entanto, cada vez mais este assunto será recorrente enquanto não houver um debate claro e legítimo entre as partes correlacionadas no processo de violência urbana.

As cidades, agora, transcendem sua condição de meio físico onde se dá a guerra e se convertem em tecnologia de guerra a serviço de combatentes não-convencionais, informais e, simultaneamente, impõem obstáculos e limitações à ação do poder militar convencional (MIKLOS, 2011). Miklos (2011) reitera, ainda, que as novas guerras têm caráter urbano e deliberadamente anti-urbano. É visto, pois, novas vicissitudes no hiato de uma teoria, à medida que este modelo, incipiente, é constantemente revisto pelas próprias forças de ataque do e contra o Estado. O medo, então, modifica a estrutura espacial da cidade, à luz de uma arquitetura da violência, na qual se mostra difícil de separar a sensação de medo e de segurança.

No caso específico da Venezuela, percebe-se que sua estrutura de Estado não oferece aparatos suficientes para derrubar a escalada de violência que passa a ser, inclusive, mais urbana. Historicamente, viu-se um país abraçado pelas gangues internas, bem como pelo

narcotráfico, de caráter transnacional, e a aglomeração de atores que buscavam novas forças de poder – e de fazer a guerra. A crise atual na Venezuela não é apenas política, mas se mostra, essencialmente, nas estruturas de Estado, perpassando a sociedade em sua forma mais abrangente. À luz de Duffield (2001), enxerga-se em Caracas a relação entre as economias transnacionais de sombra e as situações de conflito das novas guerras e como as políticas de segurança humana pode vir a determinar quem vive e que não vive.

Esta nova lógica, que, historicamente, se mostra antiga, é a consolidação de novas formas de poder, traduzida em conflitos cada vez mais emergentes, porém, cada vez mais invisíveis. Este contexto é reiterado pelas palavras de Weizman, ao esboçar que "a cidade não é apenas o local, mas o meio de fazer a guerra" (WEIZMAN, 2006, p. 53, tradução nossa). É basicamente uma relação social, uma forma particular de expressar o conflito político e social, em um espaço de local e tempo, evidenciando um vínculo complexo da cidade com a violência e da violência com a cidade. Ademais, o contexto vivido na Venezuela pode ser relacionado com as ideias de Gros (2009), por trazer à realidade atual e para os conflitos pós-modernos a lógica em que emergem novos atores, novas armas, novos locais e novas feições da guerra. Se a guerra é a saúde do Estado⁷, o que o faz realmente viver?

⁷ Anotou o anarquista Randolph Bourne, ao final da Primeira Guerra Mundial.

Referências

BOBBIO, Norberto. **O problema da guerra e as vias da paz**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

CHAUÍ, M. **Participando do debate sobre mulher e violência**. In: Perspectivas antropológicas da mulher. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 25-62.

CLAUSEWITZ, Carl von; **On War**; Princeton: Princeton University Press, 1984.

DREYFUSS, Pablo. **Border Spillover: Drug Trafficking and National Security in South America**. Doctoral Thesis, Université de Genève, 2002.

DUFFIELD, Mark. **Global Governance and the New Wars**. Londres: Zed Books, 2001.

_____. **Las nuevas guerras en el mundo global: La convergencia entre desarrollo y seguridad**. Madrid: Los libros de la Catarata. Madrid, 2004.

FOUCAULT, M. **O sujeito e o poder**. In P. RABINOW e H. DREYFUS, Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

GALLIE, Walter. **Essentially Contested Concepts**. Proceedings of the Aristotelian Society. Vol.58, pp.167-198, 1956.

GRAHAM, S. (2009) "**The Urban Battlespace**". Theory Culture Society, vol. 26, p. 278 – 288.

GROS, Frédéric. **Estados de violência: ensaio sobre o fim da guerra**. Tradução de José Augusto da Silva. Aparecida, Ideias & Letras, 2009, 277 pp.

KALDOR, Mary. **New and Old Wars**. Organized violence in a global era. Stanford: Stanford University Press, 1999.

MAIA, Pedro. **Grupos Armados e Violência Urbana em Caracas: Novas Guerras e Narcotráfico Transnacional**. Monografia de Bacharelado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2015.

MIKLOS, Manoela Salem. **As Novas Guerras e as Cidades: a Urbanização da Guerra e as Forças Armadas Norte-Americanas**. In: 3 Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2011, São Paulo. Anais do III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2011.

MOURA, Tatiana. **Novíssimas guerras, novíssimas pazes: Desafios conceituais e políticos**. Revista Crítica de Ciências Sociais, vol. 71, 2005.

MÜNKLER, Herfried. **The New Wars**. Cambridge: Polity Press, 2005.

PARET, Peter. **Education, politics, and war in the life of Clausewitz**. Journal of the History of Ideas, Pennsylvania, v. 29, n. 3, p. 394-408, 1968.

PENNAFORTE, C. **Venezuela: dificuldades e contradições para a atuação antissistêmica**. Cadernos PROLAM/USP, v. 13, n. 24, p. 125-136, 17 dez. 2014.

RICHES, D. **El fenómeno de la violencia**. Madri: Piramide, 1988.

RODRIGUES, T. M. S. **Nem a guerra, nem a paz**. Verve (PUC-SP), v. 18, p. 197-202, 2010.

SASSEN, Saskia. (2009) **Cities and New Wars: Concept Paper**. Apresentado em: Conference on Cities and New Wars at Columbia University, New York, 25 e 26 de setembro de 2009.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus**. São Paulo: Edusp, 1996.

WEIZMAN, E. **"Lethal Theory"**. LOG Magazine, April, 2006.

The New Wars and the States: Venezuela's "State Of Violence" Based On Conflict Urbanization

Abstract

The aim of this study is to review the new typology of war, defined as new wars, in the face of a current urbanization of conflicts, in the presence of the state of violence brought on a timeless line. Thus, the focus to be analyzed, using feasible theoretical methodologies, from an international perspective, founded on secondary samples, is the applicability of the concept to the crisis in Venezuela and the possible causes of what happened based on the new security challenges approach. The present analysis is focused on understanding the conditions that most strongly influence Venezuela in the same step of the dichotomy between security and violence, and the results point to a country increasingly immersed in a new configuration of making and seeing the war.

Keywords: New Wars; State of Violence; Venezuela